

Ata n.º 2

Aviso de abertura para o procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, na Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural (DSDAR), no Centro de Experimentação Agrária de Tavira, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, datado de vinte de maio do mesmo ano, retomou os trabalhos relativos ao procedimento concurso comum para preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Presidente: José Carlos Correia Tomás, Diretor de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural;

2º Vogal Efetivo: Celestino da Cruz Benjamim Soares, Chefe da Divisão de Sanidade, da Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural;

2ª Vogal Efetiva: Sónia Jorge Costa Pires, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Assessoria Jurídica e Auditoria Interna.

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

- I. Análise das candidaturas;
- II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso;
- III. Decisão sobre o método de seleção obrigatório a aplicar;
- IV. Elaboração da prova de conhecimentos;

V. Marcação da data da prova de conhecimentos;

VI. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova;

VII. Notificação aos candidatos;

I Análise das candidaturas

1. O júri verificou que se apresentou a concurso apenas um candidato a seguir identificado:

- Álvaro Fernandes Guerreiro

2. O júri procedeu à análise da candidatura ao abrigo da legislação em vigor. nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP. aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 19º a 20º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e de Oferta de Emprego OE202005/0560, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 16 de junho de 2020.

II. Deliberar sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar o processo de candidatura em cotejo com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou excluir do presente procedimento o candidato, por não ser titular de relação jurídica de emprego público.

III. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a alínea a) do artigo 10.º da Portaria n.º 125-/2019, de 30 de abril, deliberou o júri promover a notificação do candidato. através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAP Algarve.

- Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente


José Carlos Correia Tomás

1º Vogal Efetivo


Celestino da Cruz Benjamim Soares

2ª Vogal Efetiva


Sónia Jorge Costa Pires

